



**RELATO DE EXPERIÊNCIAS NA GESTÃO DA EAD:
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA(UFSM)
E
NA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL(UAB).**

Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin¹

RESUMO: Relato e análise de experiências na organização e implementação da modalidade a distância no ensino superior, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e no projeto de organização e implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), especialmente no que tange ao Edital n.01/2005 do Ministério da Educação do Brasil e Secretaria de Educação a Distância.

TEXTO BÁSICO:

Nos três últimos anos, o Ministério de Educação, criou e regulamentou as normativas referentes ao ensino a distância, implementando uma política de inovação e investimentos na educação a distância (EAD). Tais iniciativas são integrantes de uma política de Estado que visa ampliar a democratização, a expansão e a interiorização do ensino superior público no Brasil.

A política de educação a distância no Brasil vem fundamentada em análise de experiências existentes em outros países, como na Inglaterra, Espanha e Portugal, nas discussões proporcionadas no âmbito das instituições de ensino superior (IES) brasileiras, especialmente nos quadros da UNIREDE e da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), entre outros ; também em experiências como: a criação do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Mato Grosso, em 2000, com o fim de atender a demanda de formação de professores daquele Estado; a atuação do CEDERJ, que congrega em consórcio universidades federais e a universidade estadual do Estado do Rio de Janeiro; e o lançamento do Edital MEC/SEED Nº 1 de 2004, que através de uma chamada pública às instituições públicas de ensino

¹ Presidente da Comissão do Edital MEC/SEED Nº 1/2005 e atuou como Coordenadora Geral do Sistema Universidade Aberta-UAB em 2006 junto ao MEC e Secretaria de Educação a Distância. Doutora em História e Professora Adjunta de História da Universidade Federal de Santa Maria, RS. mepadoin@terra.com.br



superior, objetivou promover cursos superiores a distância, principalmente na área de formação de professores(o conhecido Pró-Licenciatura I).

Esse Edital propiciou às Universidades Públicas possibilidades de investimentos na área de EAD e expansão de suas atividades, surgindo vários cursos superiores a distância, em diversos estados brasileiros. Cada Instituição Federal de Ensino Superior(IFES) procurou organizar sua metodologia e estrutura de gestão e de ensino de acordo com a realidade regional e institucional, propiciando o surgimento de modelos de atuação em EAD, em que se destacou a utilização de pólos de apoio presencial. Tais pólos, na maioria dos casos, pertenciam as Universidades; e em outros, os pólos surgiram de convênios e parcerias entre municípios e ou estados com as instituições de ensino superior. Nesse último caso, temos entre outros, as experiências das universidades integrantes do consórcio do Estado do Rio de Janeiro e a experiência no estado do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Também foi lançado, no início de 2005, sob a Coordenação da Secretaria de Educação Básica do MEC, o Edital Pró-Licenciaturas (o conhecido Pró-Licenciaturas II), chamando as instituições de ensino superior, através da organização de parcerias ou consórcios, a ofertarem cursos de graduação a distância, na área das licenciaturas para um público alvo de professores da rede pública, e que não possuem curso superior na área em exercício. Neste edital também se coloca o modelo implementado pelo MEC de pólos de apoio presencial.

A percepção da importância da modalidade a distância e das possibilidades que esta modalidade oferece, motivou o aprofundamento e ampliação das discussões e estudos promovidos principalmente no âmbito da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e do Fórum das Estatais pela Educação (espaço de discussões e parcerias entre as empresas estatais públicas e instituições públicas de ensino). Com isso, em 2005, foi consolidado o projeto de criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB, que em 8 junho de 2006 se oficializa pelo Decreto Nº 5.800, criando um sistema de gestão, promoção, financiamento e expansão do ensino superior público e gratuito, na modalidade a distância, congregando as esferas/poderes federais, estaduais e municipais, e promovendo a pesquisa e o desenvolvimento de ações e metodologias inovadoras.



Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

(Decreto 5800 de 8 de junho de 2006)

No final de 2005, foi lançado o primeiro edital com o fim de implementar o Sistema UAB - o Edital MEC-SEED Nº 1, de 19 de dezembro de 2005, para a criação de pólos de apoio presencial e para a criação e oferta de cursos superiores na modalidade a distância de instituições públicas federais (universidades e centros federais de educação tecnológica).

Esse edital veio delinear o perfil do Sistema UAB, ou seja, de um grande e revolucionário programa de expansão e interiorização da educação superior pública brasileira, voltado especialmente para a formação de professores (formação básica superior e continuada) e para o desenvolvimento de projetos de pesquisas e de metodologias inovadoras a área.

Os pólos de apoio presencial, de responsabilidade dos municípios ou estados ou DF, são locais que oferecem uma infra-estrutura básica para receber cursos a distância, em que ali se desenvolvam os momentos presenciais e seja o local onde o aluno tem a sua disposição, em horários organizados, biblioteca, laboratório de informática, laboratórios pedagógicos e sala para estudo e orientação. Além de contar com os tutores presenciais e com a coordenação administrativo-pedagógica do pólo. Esta estrutura tanto pode ser um espaço específico para os cursos de EAD, como espaços ociosos ou espaços em horários disponíveis em escolas já existentes.



Os cursos de graduação e de pós-graduação (*Lato sensu*) são ofertados pelas Universidades Federais ou pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) credenciadas para atuar na modalidade a distância. Os cursos de graduação e pós-graduação a distância seguem as mesmas normativas e diretrizes dos cursos presenciais, porém devem cumprir também com outras exigências, como as definidas pelo Decreto Nº 5.622 de 19/12/2005, que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394 de 20/12/1992 no que trata a Educação a Distância e, pela Portaria Normativa Nº 2, do MEC, de 10 de janeiro de 2007, que dispõe sobre os procedimentos de regulamentação e avaliação da educação superior na modalidade a distância (estão no *site* do MEC, no *link* da UAB, em Documentos).

Uma das características e exigências fundamentais na organização institucional e respectivamente de curso e programa a distância, além da organização básica e de qualidade do projeto pedagógico do curso, é a sua estrutura multidisciplinar, a realização de um trabalho e produção coletiva, o domínio das novas tecnologias de comunicação e informação, a existência de uma infra-estrutura física (laboratórios) e de recursos humanos compatíveis com as novas atividades. Além do professor, teremos as figuras dos tutores a distância, dos monitores e outros profissionais oriundos das diversas áreas essenciais de apoio (Comunicação, Informática, Educação, Letras, *Design*, Psicologia, entre outros). Assim, a educação a distância, ao mesmo tempo que, se estrutura em tais bases, propicia a experiência de trabalho integrado e multidisciplinar, em que as instituições ampliam sua área de atuação aproximando-se mais da comunidade e da realidade social, bem como incentiva a pesquisa em novas metodologias e tecnologias de comunicação e informação aplicadas principalmente na educação.

Com esse intuito, a UAB cria um sistema de integração, de parceria, de responsabilidade entre as instituições públicas federais, estaduais e municipais, colaborando na realização do tão antigo, propagado sonho e direito de “*Educação para todos*” de qualidade e pública.

A UAB tem como prioridade a formação superior (básica e continuada) de professores. Nesse sentido, acredito que esse investimento na formação, como a importância da valorização profissional e das condições de trabalho do professor, proporcionará uma melhoria de qualidade do ensino fundamental e médio, como também



a ampliação deste ensino. Além disso, com a interiorização do ensino superior cria-se o acesso à formação qualificada a muitas pessoas que não vislumbravam tal possibilidade, permitindo assim que os alunos permaneçam na sua região e que a mesma se beneficie com sua qualificação. Penso que a formação superior técnica e de graduação de qualidade deva ser nossa exigência e meta mínima para todos.

Pela resposta que o MEC obteve com o Edital nº1 de 2005-UAB, com a aprovação de 290 pólos de apoio presencial e com 50 IFES participando, observamos que as instituições públicas de ensino superior bem como os governos municipais e estaduais estão acreditando e apostando neste projeto revolucionário.

Mas a educação a distância ainda desperta muitas questões, receios e desconfianças; os exemplos negativos (instituições não-sérias que apenas visam o lucro), o desconhecimento, as carências de qualificação de recursos humanos, de infraestrutura e de políticas internas institucionais inovadoras e de caráter social, também são um desafio.

Porém, o desafio está posto especialmente pela UAB, o projeto foi criado e está sendo implementado pela comunidade através de suas instituições e órgãos públicos. Na continuidade, no final de 2006, foi lançado o segundo Edital de seleção de novos pólos e de cursos para o Sistema UAB, Edital MEC/SEED Nº 1 de 18 de novembro de 2006 (encontra-se no *site* do MEC www.mec.gov.br, *link* da Universidade Aberta do Brasil).

Desta forma, a vivência em ter participado junto ao MEC e da Secretaria de Educação a Distância, trabalhando no processo de organização e implementação da UAB e principalmente do processo do Edital MEC-SEED Nº1/2005, no ano de 2006, fez-me crer na grandiosidade e desafios deste programa e no poder que ele consiste, pois agrega os poderes e instituições no seu âmbito federal, estadual e municipal a partir da Educação. Apesar da experiência pessoal anterior de coordenar a implementação da modalidade a distância na UFSM, em que foram criados três pólos de apoio presencial na região sudoeste do RS, em parcerias com as prefeituras municipais de Santana do Livramento, Bagé e Uruguaiana e com o governo do Estado do RS, iniciar a implementação da UAB foi um grande desafio, compartilhado coletivamente, com muita dedicação e responsabilidade pelo grupo de trabalho do MEC e Comissão de Seleção do Edital Nº1/2005. A inovação iniciada pelo MEC continuará sendo um grande desafio, uma



esperança e um processo que a história brasileira testemunhará através de seus registros.

“Art. 2º O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos sócio-educacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com pólos de apoio presencial”(Decreto 5800 de 8 de junho de 2006).